

# PROBLEMAS DO EXÉRCITO

Maj Art (QEMA)  
ROBERTO NUNES MENDES

## 1. INTRODUÇÃO

Nas Unidades e Escolas onde já tivemos oportunidade de servir, pudemos sentir e observar vários problemas do Exército; para alguns, contribuimos para solucioná-los — problemas simples e rotineiros que comportavam ou mesmo exigiam solução imediata; — para outros de maior complexidade, somos apenas um dos muitos interessados em vê-los resolvidos o mais depressa possível, pois são da mais alta importância e subordinam-se em alguns casos aos mais altos escalões do Exército, e talvez da Nação. A estes últimos é que dedicaremos nossa atenção, e exporemos aqui somente três deles — são muitos! —, para os quais apresentamos algumas idéias, já que para a sua solução muitos fatores, que daqui desconhecemos, deverão ser considerados, e exigem um estudo bem mais aprofundado e detalhado.

## 2. CAMPOS DE INSTRUÇÃO E ESTANDES DE TIRO DE GUARNIÇÃO

É realmente uma necessidade premente que requer uma solução urgente... Frequentemente vemos em guarnições que não são sedes de GU, e mesmo em algumas que o são, o seguinte diálogo:

*S3: Comandante, o Sr., F., proprietário do campo onde fizemos as manobras do ano passado, informou que não poderá cedê-lo neste ano, e quando iniciarmos o período de aplicação, daqui a um mês, vamos precisar de terreno para realizar os exercícios de subunidade e unidades programados.*

*Cmt: Hoje mesmo vou falar com o Dr. A., que parece ser uma pessoa solícita, e pedirei o seu campo para os nossos exercícios; entretanto não devemos abusar, assim, preveja a realização dos exercícios julgados essenciais apenas.*

Esse é o diálogo rotineiro nas unidades, quando se aproxima o período de aplicação em guarnições onde não há Campo de Instrução. E nem sempre se consegue o campo, pois os argumentos apresentados pelos proprietários são na verdade ponderáveis, e é com tristeza que verificamos que a mais importante fase da instrução

nas unidades fica prejudicada e subordinada à complacência dos proprietários, em ceder suas terras. Para as unidades de artilharia, o problema é ainda mais crítico, pois sendo o tiro o coroamento da instrução da artilharia, este deve ser realizado mais de uma vez, mesmo que tenhamos que deslocar a unidade (ou subunidade) a grandes distâncias, onde estiver a área cedida; a isso acrescentaríamos ainda, o fato de que as necessárias medidas de segurança para a realização do tiro real de artilharia não são encaradas com simpatia pelos habitantes da região, e não raro o tiro é suspenso para que se interrompa determinada segurança face à situação apresentada. Por outro lado, reconhecemos que o tiro de artilharia, como o de morteiro, prejudica o terreno pela abertura de crateras, e deixa nas granadas falhas, e não localizadas para destruição, um perigo latente. Tudo isso contribui para aumentar a preocupação de um comandante quando sua unidade realiza tiro real em área imprópria.

E o problema do estande de tiro? Este não é menos importante. Tivemos oportunidade de servir numa guarnição, sede de quatro unidades de valor regimento, grupo, batalhão e companhia, e mais os contingentes de dois estabelecimentos, onde não havia estande de tiro de guarnição e, o que é pior, as unidades também não possuíam um que atendesse ao mínimo de segurança, e que permitisse a realização de todos os tiros de instrução de armas portáteis previstos, pois o tiro à distância de 300 metros não era realizado, e o de 150 metros o era com uma cêrca de arame interposta. Diversas soluções locais (na guarnição) foram aventadas, mas nunca se chegou a um termo, e até hoje o problema perdura naquela guarnição.

Quantas guarnições com o mesmo problema de estande de tiro existirão, como essa acabada de citar? Acreditamos que se fôsse posta uma prioridade nas necessidades atuais do Exército, esta talvez merecesse uma elevada prioridade, para fins de atendimento.

Para uma adequação apropriada do problema, perguntaríamos:

- Será o caso de cada guarnição possuir o seu campo de instrução? Ou será mais adequado que exista apenas um por GU, atentando-se para determinados aspectos como distância para as sedes de unidades, extensão territorial da GU, etc.? Ou, ainda, que se estude a situação de cada guarnição, em particular, dando-se assim para cada caso uma solução?
- Será o caso de cada guarnição militar possuir o seu estande de tiro? E aqui damos a nossa opinião: achamos que sim; achamos que cada guarnição deve possuir um estande de tiro, e o mais completo possível, mesmo aquelas constituídas por apenas uma unidade, pois não só servirá para formar o soldado dentro das exigências regulamentares, como contribuirá para o incremento do tiro ao alvo como esporte, quer no meio militar quer no civil, de-

envolvendo e mantendo as qualidades técnicas e morais do atirador, cujos reflexos serão, sem sombra de dúvida, benéficos à Segurança Nacional.

A formação do atirador merece destaque hoje mais do que nunca, quando sabemos que o homem para enfrentar uma guerra irregular deve ser "um atirador de escol por excelência, já pela necessidade de economizar a munição, já pela indispensabilidade de ganhar a fração de segundo que permitirá abater o adversário antes que este tenha tempo de abrir fogo, pois neste gênero de combate, a vantagem pertence àquele que atire em primeiro lugar e com precisão..." (\*)

- Considerando a expansão demográfica do Brasil em curto espaço de tempo, e a necessidade do Exército acompanhar essa expansão, criando ou deslocando unidades para as regiões Norte e Centro-Oeste, deverá o Exército pensar em adquirir desde já terras, com vistas à criação de futuros campos de instrução?
- Estarão os diversos campos de instrução do Exército, existentes, cumprindo a sua finalidade? Em caso negativo, o que fazer para dinamizá-los ou integrá-los na sua verdadeira finalidade?

É tempo de darmos ou buscarmos uma solução a esses problemas, já — pois, a cada dia que se passa, tornam-se de mais difícil solução.

### 3. APROVEITAMENTO DO PESSOAL DA RESERVA REMUNERADA

Impressionante é o potencial intelectual, de caráter e de patriotismo que encerra a reserva remunerada de nossas FA — em particular do Exército, já que nos propomos a tecer considerações sobre problemas do Exército. Prova disto temos tido inúmeras, dentre elas a criação e organização das Sociedades e Grêmios beneficentes do pessoal militar, e outros exemplos de pessoal isolado.

Difícil é admitir que uma pessoa com uma vivência muitas vezes superior a 40 anos de serviços prestados à pátria, desenvolvendo atividades até mesmo de relevância nacional, e dotada de elevada cultura, com larga experiência em administração militar, possa eclipsar-se de um dia para o outro por força de um decreto. O certo é que nem todos aceitam conformados esse "desaparecimento", e dedicam-se a atividades outras nem sempre condizentes com a capacidade que possuem, ou de acordo com o tipo de atividade que vinham desempenhando.

Creemos que esse pessoal poderia ser chamado a cooperar em alguns campos de atividade humana, que tenham afinidade com a atividade anterior; assim ele poderia ser aproveitado particularmente no setor educacional, além do militar.

(\*) (Guerra Revolucionária — Ten Cel Hermes de Araújo Oliveira do Ex Português — Edição da Biblex.)

Referimo-nos *particularmente* ao setor educacional, porque o exército, escola que é, treinou-os no mister de ensinar, fê-los chefes e líderes, deu-lhes os conhecimentos e a técnica necessários para assessorar ou auxiliar os chefes, moldou seus caracteres no amor à pátria e no espírito de sacrifício, que os indica a poderem participar na vida educacional do país, quer como membros dos conselhos escolares quer mesmo lecionando; estaria o Exército desenvolvendo uma ação cívica, através do pessoal de sua reserva remunerada.

Afora o setor educacional, poderiam participar: como conselheiros de segurança nacional; como representantes das FA em empresas, sociedades, repartições federais, estaduais ou municipais, etc... Seriam os elementos naturalmente indicados para representar o MG nos demais ministérios, guardada a extensão dessas representações.

No setor militar, seriam os administradores militares dos edifícios, campos de instrução, coudelarias, e de outros patrimônios do Exército, evitando-se com isso o desvio de elementos da ativa para funções estranhas à atividade essencialmente militar. Poderiam colaborar com determinados órgãos do Exército, participando mesmo de seus quadros direcionais, como sejam:

- no Serviço de Assistência Social, pois a bagagem de observações pessoais e de experiências vividas é enorme, e sabemos que se então não contribuíram eficientemente para a solução dos problemas sociais, era porque sua principal missão não o permitia, mas temos a certeza que foram e são os maiores interessados em colaborar honestamente para a obra social do Exército, ao qual dedicaram muitos anos de sua vida sem medir sacrifícios pessoais; e se considerarmos o vulto das necessidades atuais que o SAS tem que satisfazer — e que dia a dia se agravam —, verificamos que esse setor está a exigir um esforço generalizado de todos nós, quer da ativa quer da reserva;
- em determinados órgãos técnicos do MG, como Consultoria Jurídica, Diretoria de Saúde, COSEF, Diretoria Geral de Ensino, etc., pois sabemos que muitos oficiais R-1 são possuidores de cursos universitários como Direito, Medicina, Odontologia, Economia, Psicologia, Direção de Empresas, que aliados ao conhecimento que têm da nossa instituição, poderiam ser chamados a colaborar como assessôres daqueles órgãos;
- na Biblioteca do Exército;
- na Imprensa do Exército;
- no EGGCF;
- na Diretoria do Patrimônio do Exército;
- no Arquivo do Exército;
- nas Seções de Relações Públicas de GU, já que são um elo entre a vida militar e a civil;

— cooperando com vários outros órgãos do Exército na realização de determinados trabalhos, tais como: pesquisa histórica, tradução ou versão de livros ou documentos, e outros de natureza semelhante.

Lógicamente que muitos fatores terão que ser considerados no aproveitamento do pessoal da nossa reserva remunerada, mas um deverá estar sempre presente: é que eles foram tão bons, como nós julgamos que somos.

#### 4. A FORMAÇÃO DE UMA NOVA MENTALIDADE NO EXÉRCITO

Com isso não queremos, em hipótese alguma, afirmar que exista uma "mentalidade velha" no Exército. Não, não se trata disto. O que queremos dizer é que à atual mentalidade dos nossos quadros, sejam adicionados alguns novos conceitos, que formarão a nova mentalidade. A reforma que deverá ocorrer no Exército abrangerá necessariamente a parte humana da instituição, que é a nosso ver a mais importante, pois sem ela a referida reforma estaria incompleta, e por si só o fato de estarmos cogitando de sua realização reflete a nova mentalidade que se cria. Essa mentalidade entretanto, precisa agigantar-se, tomar vulto, ser de âmbito geral, pois só assim tornaremos realidade tudo aquilo que sempre sonhamos e desejamos para ser um Exército poderoso, digno da Nação e de suas tradições.

Ela deverá visar ao fortalecimento do *espírito militar* através de uma crença real na nossa organização, pelos meios e possibilidades que pudermos lhe dar ou atribuir, sem recorrer aos recursos alienígenas; formando, organizando e disciplinando uma *doutrina militar brasileira* adequada à realidade nacional, enfim, por uma reestruturação visando dar ao Exército autonomia material e técnica capaz de atender às solicitações internas e externas.

Achamos que esta mentalidade merece um especial cuidado nas escolas de formação, de tal forma que se desperte bem cedo ainda, no oficial ou no sargento, um inequívoco interesse pela instituição a que pertencem, orientando-os para a consecução dos objetivos acima assinalados, pois não é isso o que nos parece existir quando verificamos que oficiais e sargentos recém egressos da AMAN e EsSA, respectivamente, estejam disputando vagas em faculdades civis, para cursos sem interesse para o Exército.

Teríamos que criar, inicialmente, uma *mística de crença no Exército*, pois achamos que aí reside o ponto crucial do problema.

O Brasil está numa fase de absoluto desenvolvimento, e nesse desenvolvimento, o Exército, por um princípio básico de segurança nacional, tem o dever de paralelamente desenvolver-se, ser mais forte e mais respeitado juntamente com as demais Forças Armadas.

Seremos, dentro de muito pouco tempo, talvez mesmo antes da previsão geral, uma grande potência; então o Exército terá um

papel muito mais importante, muito mais difícil, e suas responsabilidades serão proporcionais à projeção internacional do Brasil; e quando lá chegarmos ele terá exigido de todos os seus membros um grande esforço e uma integral dedicação para que seus problemas possam ser equacionados, resolvidos e superados.

É mister, pois, que haja fé na sua técnica, no aproveitamento da indústria civil, na sua motorização e mesmo na sua mecanização, no fabrico do armamento e do equipamento, tudo isso por um entrelaçamento mais cerrado entre o oficial de EM, o oficial engenheiro, e o civil, saindo-se assim de uma fase árida de planejamento e sonhos para a de execução e realidade, fugindo dessa estagnação que corrompe, que desola e que desencanta. Para tanto precisamos ser agressivos em nossos propósitos.

Essa é a nova mentalidade que desejamos seja criada, ou melhor dizendo, seja disseminada no seio de nossa classe, pois criada ela já está.

N. R. — As idéias do autor são muito interessantes. São temas para meditação e debate. Podemos adiantar que todos esses assuntos acham-se em fase adiantada de estudos, nos órgãos competentes do Exército. Esperamos que o autor, e outros colegas, venham às nossas páginas com mais "problemas", de modo elevado e construtivo.

## PREÇOS

### ASSINATURA ANUAL

Brasil .....	NCr\$	2,50
Exterior .....	NCr\$	10,00

### NÚMERO AVULSO

Último número .....	NCr\$	0,50
Número atrasado .....	NCr\$	0,70

NOTA — As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do interessado.

— Haverá acréscimo nos preços acima, em caso de registro ou via aérea.

— Estes preços vigoram a partir de Jan 67.